

DOI: [https://doi.org/ 10.30612/frh.v27i49.18835](https://doi.org/10.30612/frh.v27i49.18835)

De como a ditadura perdeu seu cavalo e continuou caminhando¹

How the dictatorship lost its horse and continued
walking

Cómo la dictadura perdió el caballo y siguió
caminando

Wellington Teodoro Silva

Doutor em Ciência da Religião pela UFJF

Professor da Pós-Graduação em Ciências da Religião da PUC Minas

Professor convidado pela Universidade de Havana

wteodorosilva@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4830-7533>

¹ Resultado de pesquisa financiada pelo Fundo de Incentivo à Pesquisa da PUC Minas.

Resumo

Este artigo investiga interpretações de reconhecidos intelectuais e acadêmicos sobre o período de transição da Ditadura Militar para a Nova República. Se a ditadura carecia de respaldo popular, os militares saíram vitoriosos por serem os condutores do processo: o general Ernesto Geisel iniciou e o general Leônidas Pires Gonçalves concluiu. Esse modo de transição, permitiu que os militares permanecessem se autocompreendendo como uma espécie de poder moderador com o assentimento de amplos setores da sociedade. A intentona do 08 de janeiro é resultado de uma mentalidade autoritária que deixou o poder em 1985 sem ter sido vencida.

Palavras-chave: Ditadura; democracia; Golpe de Estado; Militares; 08 e janeiro.

Abstract

This article investigates interpretations by renowned intellectuals and academics about the transition period from the Military Dictatorship to the New Republic. If the dictatorship lacked popular support, the military emerged victorious as they were the drivers of the process: General Ernesto Geisel started it and General Leônidas Pires Gonçalves concluded it. This mode of transition allowed the military to remain self-understanding as a type of moderating power with the agreement of broad sectors of society. The attempt on January 8th is the result of an authoritarian mentality that left power in 1985 without being defeated.

Keywords: military dictatorship; Brazilian democracy; Coup d'etat; military in politics; 08 and January.

Resumen

Este artículo investiga las interpretaciones de reconocidos intelectuales y académicos sobre el período de transición de la Dictadura Militar a la Nueva República. Si la dictadura careció de apoyo popular, los militares salieron victoriosos porque fueron los impulsores del proceso: el general Ernesto Geisel lo inició y el general Leônidas Pires Gonçalves lo concluyó. Este modo de transición permitió que los militares siguieran entendiéndose a sí mismos como una especie de poder moderador con el acuerdo de amplios sectores de la sociedad. El atentado del 8 de enero es fruto de una mentalidad autoritaria que abandonó el poder en 1985 sin ser derrotado.

Palabras clave: Dictadura; democracia; Golpe de Estado; Militar; 08 y enero.

1. INTRODUÇÃO

O período brasileiro posterior ao fim da Ditadura Militar (1964 – 1985) aconteceu de modos a permitir que fosse interpretado, nas décadas seguintes, como ambiente em que a democracia se cumpria de maneira progressiva. Pareceu ser assim, ainda que pesasse temas como a (in)justiça de transição, porque o país seguia um percurso onde as eleições estavam acontecendo regularmente; o parlamento funcionando sem ser fechado ou constrangido por forças exteriores ao seu funcionamento; as instituições de Estado cumpriam seus papéis constitucionais e os diversos setores da sociedade se organizavam sem constrangimentos por um período de tempo que avançava cada vez mais para ser o maior período democrático de nossa história republicana.

Essa interpretação poderia ser atribuída à ideia de que a democracia é um valor em si, autolegitimante, que se apresenta de modo irresistível com capacidade de permear a razão sobre suas virtudes. Essa compreensão guarda algo do vanguardismo iluminista que acreditava que a razão progressivamente faria seu trabalho emancipador livrando as pessoas dos diversos obscurantismos que ficariam pelas margens do progresso. A ideia progressista brasileira mantém, no imaginário comum, uma interpretação restritiva de ordem e o progresso (Faoro, 1985) que compreende que a história acontece por meio de movimento de sucessivas etapas. A partir de 1985, ter-se-ia iniciado uma nova etapa na história nacional.

É razoável e consequente propor que a fé na providente democracia produziu a segurança de que o país não corria mais os riscos dos frequentes golpes de Estado. A compreensão funcionalista tomou o funcionamento das instituições como lastro da crescente maturidade democrática. Ela teria conseguido vencer seus inimigos por meio da conquista da hegemonia sobre a sociedade civil. Frases do tipo: “as instituições estão funcionando” parecia ser sinônimo da realização da democracia. Essa asserção considerava-a como uma função derivada do funcionamento das instituições. O estruturalismo também povoou as inteligências que não perceberam que as estruturas lançam sombras sobre os indivíduos. Enquanto eles não se organizam em grupos maiores, não são alcançados pelas análises.

Esse otimismo ingênuo não considerou o peso no imaginário comum da nação do arrasto provocado pela trajetória de autoritarismo, golpes e tentativas de golpes que foram os elementos de continuidade estruturantes de nossa cultura e mentalidade política. Também não de considerou que que esse percurso da democracia era uma exceção no período republicano. Esse período produziu pelo menos 19 atos, vitoriosos ou não, realizados ao longo de 135 anos de República para os quais a palavra golpe se acomoda confortavelmente. Se dividirmos a idade da República e o número de golpes ou tentativas temos numa média de 7 anos.

Entende-se aqui como golpe de Estado tanto o modelo clássico de 1964, onde há clara desobediência constitucional e da legalidade prevista, quanto aqueles que possam manter um processo jurídico e parlamentar vazio de conteúdo e espírito democrático como aconteceu no impedimento de Dilma Rousseff (Santos, 2017). Houve golpe até mesmo na Ditadura Militar quando os militares impediram o vice-presidente Pedro Aleixo de assumir a presidência por ocasião do adoecimento do ditador Costa e Silva. A seguir estão enumerados os 19 golpes e tentativas:

- 1) a proclamação da república em 1889;
- 2) a revolução de 1930;
- 3) levante comunista de 1935;
- 4) o golpe do Estado Novo em 1937;
- 5) a deposição de Vargas em 1945;
- 6) a tentativa de golpe impedida pelo suicídio de Vargas em 1954;
- 7) tentativa de golpe contra posse de Juscelino Kubitschek 1954;
- 8) “Golpe preventivo” liderado pelo Marechal Lott em 1954 que permitiu a posse de JK em 1955;
- 9) tentativa de golpe em Jacareacanga em 1956;
- 10) tentativa de golpe em Aragarças em 1959;
- 11) a renúncia de Jânio Quadros;
- 12) a recusa militar à posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros
- 13) o golpe do parlamentarismo em 1961;
- 14) golpe em 1964;

- 15) golpe contra Pedro Aleixo por ocasião do adoecimento de Costa e Silva em 1969;
- 16) operação de Geisel para demitir Silvio Frota que foi impossibilitado de reagir com um golpe dentro da ditadura em 1977;
- 17) impeachment de Dilma Rousseff em 2016;
- 18) prisão e negação de habeas corpus para Lula em 2018;
- 19) intentona de 08 de janeiro de 2023.

Esse passado pesa sobre os ombros dos vivos. Durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso e os dois primeiros de Lula, esse passado parecia, enfim, ter ficado no passado. Fiava-se no mantra “as instituições estão funcionando” que pareceria ser o termômetro da temperatura democrática. Esse funcionamento acontecia de modos a impedir, ou limitar em níveis seguros, os interesses de natureza particular ou política dos agentes públicos. Em sendo assim, o judiciário, a polícia federal e o ministério público não direcionariam o poder do Estado contra inimigos de seus agentes. A sociedade ampla, por sua vez, tinha liberdade de manifestar suas posições políticas no espaço público.

As chamadas jornadas de junho de 2013 trouxeram para a superfície, para a observações atônitas, dezenas de milhares de brasileiros um movimento que revelou que as instituições constitucionais não conseguiam fazer as mediações políticas; não conseguiam ser os dutos legítimos das graves questões nacionais. O rio transbordou por sobre as margens.

O impedimento de Dilma Rousseff revelou a inesperada fragilidade da democracia; ele aconteceu por meio do funcionamento das instituições dentro dos ritos constitucionalmente previstos. Contudo, estavam esvaziados do espírito e conteúdos próprios da democracia (Santos, 2017). Esse esvaziamento foi feito pelos agentes políticos e por funcionários do Estado com apoio de diversos setores da sociedade ampla. Ainda, a manipulação dos institutos jurídicos, reputados como Lawfare (Carvalho e Fonseca, 2019) contra o então candidato Lula também é outro eloquente exemplo de que o funcionamento das instituições sob uma constituição democrática, por si, não é garantia da democracia.

A seguir, apresentaremos compreensões de intelectuais e acadêmicos brasileiros que observaram o processo de transição da Ditadura Militar para a Nova República. Eles entenderam que o processo que acontecia não oferecia as rupturas necessárias para instaurar um processo progressivamente democrático. Não houve a ruptura necessária com o passado autoritário. Aconteceu negociações entre atores que permitiram, inclusive, que aqueles que atuaram na defesa da ditadura continuassem operando no terreno democrático. José Sarney foi exemplo mais eloquente por ter sido presidente do partido de sustentação do regime dos militares e que se tornou presidente da República nesse período de transição. Nas palavras de Raimundo Faoro, “Quando se planta um pé de laranja, colher-se-á, se boa, a safra, laranjas” (Faoro, 1985, p.11). O golpe de Estado sob os militares continuou como possibilidade fora das luzes do palco da democracia e recebeu holofotes ao longo do governo Bolsonaro permitindo o acontecimento dramático da tentativa golpista de 08 de janeiro.

2. A transição e a democracia segundo seus primeiros intérpretes

O processo de transição que conduziu ao fim da Ditadura Militar seguiu o famoso mantra: abertura lenta, gradual e segura. Não foi uma ruptura provocada pelo movimento de uma sociedade organizada que deitou fora os ditadores punindo-os e encerrando a possibilidade do regresso dos militares para a esfera do poder político formal, bem como os golpes de Estado e da possibilidade de ditaduras na vida política. Os militares iniciaram e concluíram o processo de transição. O Presidente general Ernesto Geisel iniciou a abertura e o Ministro do Exército general Leônidas Pires Gonçalves a concluiu. Ele foi escolhido para esse ministério por Tancredo Neves e mantido por José Sarney após sua posse como Presidente da República.

Pires Gonçalves gostava de contar a situação em que decidiu que o vice presidente deveria assumir no lugar do presidente eleito que faleceu antes de tomar posse. Considerava-se o “dono” do episódio que garantiu a posse de José Sarney na presidência da república. Segundo ele, ao receber, por telefonema, a notícia que Tancredo Neves não poderia assumir no dia seguinte, deslocou-se para o hospital

onde ele se encontrava internado. Chegando lá, viu um grupo de 15 a 20 homens reunidos, dentre eles estavam Ulisses Guimarães e José Sarney. Ao saber que estavam se perguntando quem deveria assumir, perguntou: “Mas, qual é a dúvida? Os artigos 76 e 77 da Constituição de 1969 são bem claros: quem assume é o José Sarney” (Gonçalves, 2001).

Após dizer isso, afirma que não houve mais discussão e a decisão foi imediatamente tomada dentro das normas da ditadura. A eleição indireta e a posse aconteceram dentro dos marcos legais instituídos no período de exceção. O general Pires Gonçalves assegurou que pôde exercer esse poder decisório porque tinha o exército atrás de si (Gonçalves, 2001). José Sarney, portanto, sabia que devia seu mandato presidencial à decisão militar conforme reconheceu em discurso no Clube da Aeronáutica no ano de 1987.

Durante o período de transição, intelectuais e acadêmicos publicavam suas compreensões daquele processo nas páginas da Revista Lua Nova: revista de cultura e política. A própria revista trouxe no editorial do seu segundo número e primeiro volume, publicado no ano de 1984, severa crítica ao chamado processo de transição. Ele diz identificar traição nos sentidos das palavras. O processo que ocorria não poderia ser nomeado como transição entre realidades de naturezas distintas em sua realidade profunda na cultura política da nação; estava ocorrendo uma abertura nas condições seguras da ditadura. Esse processo já contava com dez anos mantendo limites amargos que o editorial assegurou serem conhecido por todos. Ainda que o país estivesse conhecendo o mais formidável movimento de massa do século XX, afirma, a palavra “transição” estava significando “negociação” porque a nação se modificava na aparência sem mudar sua essência; negociou-se o superficial mantendo o essencial.

Maria Victória Benevides, publicou, no número anterior dessa revista, o artigo com o revelador título: “A conversa mole da política” (Benevides, 1984). Ela alerta que acontecia na transição uma negociação que negava os conflitos. Desse modo, seria incapaz de produzir a ruptura necessária para o acontecimento da democracia. Negar conflitos não é próprio das instituições democráticas que devem estar habilitadas para resolvê-los. O diálogo é próprio da democracia, mas, naquele

momento, as palavras estavam sendo utilizadas com seus significados corrompidos. Essa mudança de significados acontecia na transição não democrática por meio da qual, contraditoriamente, se esperava realizar a democracia.

Ela analisa as palavras “conciliação”, “consenso” e “negociação” e seus usos naquele processo. A primeira significava o amplo acordo iniciado pelo presidente Ernesto Geisel que permitiria a abertura ampla, gradual e segura em nome daquilo que chamou de interesses gerais como se fossem os interesses da nação e da paz social. Contudo, afirma, que esses interesses não eram gerais. Efetivamente, se traduziam nos interesses de temas e grupo particulares, como a garantia dos militares não serem julgados pelos seus crimes e permanecerem com acesso privilegiado às esferas de poder. Também se tratava de manobra das elites em prejuízos dos interesses populares. Benevides afirma que “conciliação” significava “conchavão” entre parceiros cujo resultados estavam demonstrando a exclusão popular.

Sobre a palavra “consenso”, fatigada pelo excesso de uso, entende que aquele “consenso” que se construía era o substituto da “repressão”. Dizendo de outra forma, Benevides entende que “consenso” se traduzia na formulação de um mecanismo disciplinador de controle com aparência mais atraente. Esse “consenso” era marcado pelo elitismo e autoritarismo de modo a não permitir a construção da vontade geral e nem a construção do poder com legitimidade popular. Substituiu a consulta popular pela disciplina da ditadura, por meio do voto indireto, para a condução da transição. A “negociação” também acontecia como um “conchavão” entre as elites. Termina seu texto com a seguinte afirmação: “Fecha-se o círculo da política do centro liberal-conservador. As elites negociam, se entendem, promovem o consenso, consolidam a negociação. Pelo visto, o povo que se dane” (Benevides, 1984. P. 17).

Raimundo Faoro publicou o artigo “A democracia que teremos” (Faoro, 1985) revelando que era difícil ser otimista naquele momento; estava pessimista quanto a construção da democracia. Analisa a Aliança Democrática, coalizão formada em 1984 pela Frente Liberal que foi um cisma do Partido Democrático Social (PDS) – governista – e pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Essa

aliança apoiou Tancredo Neves e José Sarney – ex-presidente do PDS – na eleição presidencial. Entende que a democracia que construiriam não tinha tönus, faltava-lhe lastro nos processos que a instituía. Também trata do significado vocabular, interpretando o nome dessa coalizão e o que suas palavras efetivamente diziam.

O termo democracia, nas palavras conjugadas, se dilui no substantivo – Aliança – enfeitado pelo adjetivo – democrática. Se as palavras não enganam, se elas significam alguma coisa, teremos não uma democracia, mas um regime liberal, capaz, na melhor das hipóteses, de conviver com a democracia, menos como realidade que como aspiração, projeto e objetivo (Faoro, 1985, p. 7).

Faoro assegura não ter feito um mero jogo de palavras. Na expressão “Aliança Democrática”, a democracia aparece como adjetivo que poderia ser substituído por outro sem prejuízo do núcleo substantivo “aliança”. As alianças são práticas comuns onde as elites políticas se entendem num circuito fechado em si sem a participação da sociedade ampla. Embora o país passasse por grandes manifestações públicas a condução do processo aconteceu numa “aliança” de políticos sem romper com a cultura autoritária. A democracia perdia substância na Aliança Democrática de pessoas que cumpriram apoio à ditadura por meio do governista Partido Democrático Social (PDS).

Ele aponta um dado importante sobre as permanências nos nossos processos políticos de transição. O aparecimento da República, por meio do golpe de 1889, contou com os chamados republicanos de última hora. Tratava-se de pessoas que sustentavam o Império e passaram a apoiar ao novo regime sem uma trajetória que lastreasse essa nova opção. Quase cem anos depois, apoiadores da Ditadura Militar inseriram-se sem dificuldades na Nova República. Sobre essa continuidade, René Dreifuss assevera:

O governo que acaba de se instalar revela tanto uma continuidade de papéis, métodos e funções, quanto um deslavado continuísmo de pessoas, ideias e percepções. Entre estas, a noção e a prática da soberania, como tema político, apresentam-se, nessa Nova República, vestida das mesmas velhas intenções e defendidas pelos mesmos conhecidos de sempre (Dreyfuss, 1985).

Embora reconhecendo que o país estava diferente, Faoro pergunta se a mudança necessária estaria em curso. A democracia se constituía no critério central para qualificar o que estaria por vir. Até o momento, aparecia, sobretudo, como elemento retórico amplamente usado. Incrivelmente, o movimento golpista de 1964, segundo os discursos de seus promotores, foi realizado em sua defesa. Por ocasião desse golpe, lembra, a democracia dos empresários que planejaram a queda de João Goulart e dos latifundiários diante da ameaça demagógica da apropriação de suas terras tinha significado muito distante da democracia dos discursos daqueles que pediam reformas para modificar o país estruturalmente. Constata que aqueles acordos das elites, maneira por meio da qual acontece nossa história política, eram realizados com a presença vigilante do passado. A vigilância dos fardados, sempre presentes nos golpes da nação, atentos ao lema da bandeira nacional lido de forma restritiva, constrangia esses atores políticos. Sobre a ordem e o progresso na compreensão militar, escreve: “progresso só dentro da ordem, unicamente se não comprometer a ordem. Ordem no caso, vai desde segurança nacional, com sua doutrina de terror, até o conceito de greve” (Faoro, 1985, p. 10).

Faoro entende que naquele momento a democracia contava com inimigos formidáveis e terríveis que muitas vezes foram subestimados. Dentre eles, enumera “os conservadores, a velha e arcaica estrutura agrária, o estamento militar e civil, o capitalismo selvagem, o imperialismo econômico e militar” (Faoro, 1985, p. 11). Compara esses inimigos a rochas que nunca foram seriamente abaladas. Assegura que Tancredo Neves não faria um governo de rupturas democráticas, mas seria diferente de Costa e Silva e João Figueiredo. Trata dos riscos que a democracia corria de ser posta para fora do ambiente político. Aponta duas possibilidades contra as quais o campo democrático deveria ser precaver, a saber, os movimentos de retrocessos e os movimentos alimentados “pelo senso grave da ordem” ao gosto dos conservadores. Compreendia que a democracia seguia correndo riscos de ruptura autoritária sobretudo se o problema militar não fosse resolvido. As forças armadas devem viver sua disciplina sob o poder civil; não devem impor sua disciplina sobre esse poder por meio da indignidade de usar as armas contra civis de sua nação.

Sem alimentar esperanças, entende que a oposição democrática deveria se afastar da direita e dos quartéis, ambos identificados com o autoritarismo. Essa recomendação se acomoda bem diante dos eventos políticos recentes no Brasil que viu acampamentos na frente de quartéis pedindo, sem desassossego, intervenção militar. Faoro não acreditava que as forças de oposição poderiam modificar Tancredo Neves. Contudo, o caminho para a democracia passaria por ele inevitavelmente. A democracia não se realizaria naquele momento de transição, mas passaria necessariamente por uma transição; uma outra transição. Vale perguntar, se o início da transição está acontecendo agora com a derrota do 08 de janeiro; a prisão, coisa inesperada, de militares de alta patente envolvidos na subversão e a provável prisão do líder Jair Bolsonaro.

Tancredo Neves foi um dos principais articuladores dessa transição; membro do núcleo duro desse processo, apresenta críticas ao caso político brasileiro em entrevista para a revista Lua Nova (Neves, 1984). Entende que a situação brasileira era de “um ridículo total” porque mantinha questões que faziam parecer que a nação estava no século XVIII como o problema do voto direto ou indireto; a legitimidade do poder e o voto do analfabeto. Afirma que, naquele momento, não havia nação civilizada no mundo que não tivesse resolvido essas questões definitivamente. Assevera existir um grande divórcio entre o poder e a nação. Constata que o poder era mais forte que a nação. Ou seja, o poder efetivo estava desvinculado dos interesses da sociedade; era exercido por estamentos desassociados aos interesses nacionais. O Congresso Nacional, por sua vez, ainda deveria ser convencido a atender às aspirações populares. A democracia brasileira deveria estar tratando de temas para além das questões políticas básicas.

Nós devíamos estar lutando é pela democracia econômica. O que caracteriza a democracia econômica? É a participação equitativa de todos, com justiça social, na renda nacional. É a ascensão da massa a todos os benefícios da civilização: que haja escola gratuita para todos e em todos os lugares, que haja alimentação e que ninguém tenha fome e assim por diante (Neves, 1984, p. 9).

Tancredo Neves informa aos entrevistadores que a condução da transição acontecia tendo como paradigma o Pacto de Moncloa ocorrido na Espanha em 1977

com o término da ditadura de Francisco Franco. Após a morte de Tancredo Neves, a transição aconteceu por meio de José Sarney que, dado ao seu histórico de apoio à Ditadura Militar, fez o modelo espanhol perder sua capacidade exemplar. Efetivamente, o editorial de Lua Nova (1985) entendeu existir diferença essencial entre as experiências dos dois países: na Espanha aconteceu a ruptura democrática de maneira efetiva. O pacto espanhol foi antecipado por uma série de medidas antecipatórias que criaram condições para a democracia. No caso brasileiro, a proposta era carregada de ambiguidade. O pacto brasileiro foi proposto antes de serem criadas as condições para que os seus membros pudessem traduzi-lo na efetividade democrática. Incredulamente, o editorial informa que restava saber se o comportamento do novo governo e da assembleia constituinte revelaria capacidade de criar as condições para democracia.

Francisco Iglésias (1990) escreve artigo por ocasião dos 100 anos da Proclamação da República onde elabora um balanço dessa trajetória. Embora tenha sido publicado em 1990, o texto foi escrito em 1989. Portanto, quatro anos após a saída dos militares do poder e um ano após a promulgação da Constituição. Inicia constatando a frágil comemoração do centenário republicano. Esse poderia ser um momento para a nação voltar-se para si e para sua trajetória acionando suas memórias coletivas sobre seu percurso político. A ausência de comemorações (comemorar = lembrar juntos) promovidas pelo Estado não foi ingênua. Aconteceu assim pela ausência de tradição republicana ao longo desse período; não existia uma República para se comemorar. No ano desse aniversário significativo, o país passava por um de seus recorrentes momentos de graves dificuldades políticas

A comemoração do primeiro centenário da República é feita de modo tímido e sem entusiasmo, como se vê pela frágil comemoração oficial. No ano de 89 o regime vive, seguramente, seu momento mais difícil, com um governo débil em todos os sentidos. Falta-lhe representatividade, não conta com apoio popular. Há mesmo generalizada repulsa às autoridades federais e estaduais, e estas, por menos lúcidas que sejam, percebem a real situação” (Iglésias, 1990, p. 4).

Compreende a crise existente no curto espaço de tempo desde 1985 até o ano de 1989 como o produto esperado do processo por meio do qual foi conduzida a transição. Também entende que o esgotamento dos governos ditadores e a carência de apoio popular não impediu que os militares conduzissem no seu modo e tempo os movimentos que permitiram a instauração da democracia. Em sendo assim, Iglésias também compreende que não aconteceu uma transição democrática.

Compreende-se, pois, que não poderia ser feita a desejada transição democrática. O que se fez de 85 para cá foi em parte resultante da abertura começada pelos próprios militares, quando perceberam a falência do governo imposto em 64, ao qual sempre faltou apoio popular. Daí a maior frustração dos brasileiros, condutora ao estado de desalento de nossos dias, pouco propício a comemorar um centenário. Como se disse, a República vive o momento mais triste de sua História, quando se somam incompetência e falta de ética (Iglésias, 1990, p. 5).

Iglésias faz coro com Faoro quando questiona severamente a ocorrência de uma transição que mantém os mesmos atores nos diferentes palcos. Também registra esse ocorrido em 1889 e na negociação conduzida pelos militares que deixaram o poder em 1985. No primeiro caso, o autor lembra que “deputados, senadores, conselheiros, presidentes de Províncias, até ministros” (Iglésias, 1990, p. 11) voltaram a ocupar seus lugares na República recém instalada. O caso de Afonso Pena é emblemático; foi ministro de Dom Pedro II em três pastas, foi conselheiro do Império, e ganha imediata projeção no novo regime. Dirige a Assembleia Constituinte da primeira Constituição republicana; elege-se presidente de Minas Gerais e, a seguir, em 1906, elege-se presidente da República. Do mesmo modo, na chamada Nova República, também ocorreu de diversos atores que apoiavam a ditadura militar, finda em 1985, seguirem atuando no novo cenário que se apresentava em nossa história política. O caso de José Sarney é emblemático. Era fiel defensor da ditadura que só abandona dias antes da eleição que o elegeu vice-presidente da República. Nas palavras de Iglésias: “Não podia fazer a transição para a democracia quem fora um dos mais fiéis defensores da ditadura” (Iglésias, 1990, p. 15).

As consequências desse modo de transição, constatada pelos observadores do período em que ela acontecia, permite-nos propor, dentre muitas outras

condições ainda existentes, que os militares saíram do palco, entretanto, permaneceram na coxia. Mantiveram força suficiente para garantir vetar o problema da anistia (D. Araújo, 2012). Não deixaram de lado a excepcionalidade militar e a autocompreensão de guardiães da República inaugurada por eles por meio de um golpe de Estado. Na carência de uma tradição republicana realizada entre nós, arrogam-se a condição dos verdadeiros donos do poder. Nessa autocompreensão, conseguiram a inserção do artigo 142 na constituição de 1988 que, sob seus juízos, lhes confere a condição de garantidores dos poderes constituídos. Essa interpretação é antidemocrática porque o poder republicano se origina do povo; o poder é civil. O papel político que ainda se arrogam deve-se à carência de República no Brasil bem como parece preencher o vazio existencial militar num mundo de rápidas e profundas mudanças em seus campos de atuação.

Os últimos eventos golpistas revelaram que ainda permanece no imaginário nacional e militar a ideia que o poder político é um tipo concessão feita aos civis que devem ser vigiados pela corporação militar que se entende como guardião, instância última, do poder político e de suas garantias. Nas regras democráticas, o poder emana do povo e não há nenhuma dinâmica política capaz de fazer os militares serem os representantes da vontade nacional; a condição militar não é resultado de um mandato popular; o poder não emana jurídica e politicamente na direção da caserna. Os golpistas do dia 08 de janeiro de 2023 acamparam nas portas dos quartéis, protegidos pelos militares, pedindo que eles usassem o artigo 142 para intervir no poder político. Esse artigo constitucional é uma espada de Dâmocles que paira sobre a cabeça da nação.

3. Conclusão

Os movimentos da democracia brasileira após 1985 parecem sofrer de uma espécie de pecado original. A democracia surge por meio de uma transição negociada. O grande número de manifestações nas ruas e a mobilização de diversos setores da sociedade não influenciaram no processo de maneira a impor o tipo de derrota produtora de rupturas profundas. Vale lembrar que aqueles que usurparam o Estado, derrubando um presidente com mandato constitucional, e mataram,

torturaram, desarticularam os diversos setores organizados da sociedade civil, não foram punidos pelos tribunais da democracia estabelecida.

Se, por um lado, milhares foram às ruas pela volta da democracia, por outro lado, outros milhões ficaram em casa. A necessidade que os setores de oposição tinham de criar hegemonia nacional contra os militares no poder, os fez produzir uma narrativa que poupou os amplos setores que não se opunham aos militares. A estratégia se constituía em isolar os militares de apoio de fora da caserna. Dessa forma, eles encenaram o papel de únicos responsáveis pela tragédia. Durante o período da democracia, pós 1985, era comum manifestações privadas dos saudosistas do “tempo dos militares”.

Aconteceu a espiral do silêncio (Braga e Mendonça, 2015) onde aquilo que não se diz publicamente fica adormecido, latente, dando a impressão de que a questão da democracia já estava resolvida. Essa narrativa impediu que a nação se olhasse no espelho e visse quem realmente ela é; por quais visões de mundo ela se compõe. Esses setores silenciosos foram acionados nos últimos anos pelo totem que se tornou também o grande fetiche: Jair Bolsonaro. A espiral do silêncio se desfez e, enfim, a nação se olha no espelho e a partir dessa visão, deve decidir quem quer ser.

A ditadura militar passou o poder para os civis, mas seguiu caminhando entre nós. Ao longo do governo Bolsonaro o cavalo foi arriado e passou encilhado no dia 08 de janeiro, mas os militares preferiram não montar. Resta saber o motivo. Como hipótese, é pouco provável propor que a corporação se tornou democrática. Não havendo punições para os militares cujo envolvimento na preparação do golpe for comprovado, eles continuarão esperando o cavalo passar encilhado novamente em condições mais favoráveis. Poderão montá-lo novamente numa cavalgada que nos leve, novamente, em direção ao inferno.

Referências

BENEVIDES, Maria Victória. A conversa mole da política. pp. 15 – 17. *Lua Nova: revista de cultura e política*. Volume 1. Número 1. 1984. Pp. 14-17.

BRAGA, Clauiomilson F. e MENDONÇA, Rhayssa F. A Espiral do Silêncio e as Representações Sociais: Os Meios de Comunicação, a Legitimação e a Naturalização. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* – Rio de Janeiro, RJ – 4 a 7/9/2015.

CARVALHO, Carlos Alberto e FONSECA, Maria Gislene Carvalho. Galaxia (São Paulo, online), ISSN 1982-2553, especial 1 - Comunicação e Historicidades, 2019, p. 100-112. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542019441720>.

D'ARAÚJO, Maria Celina. O estável poder de veto das Forças Armadas sobre o tema da anistia política no Brasil. *Varia História*, Belo Horizonte, vol.28, no 48, p.573-597: jul/dez 2012.

Dreyfuss, René Armand. Os militares e a soberania popular. *Lua Nova: revista de cultura política*, Volume 2. Número 2, 1985. Pp., 70-74.

Editorial. Pacto ou ruptura democrática? *Lua Nova: revista de cultura política*, Volume 2, número 1, 1985.

FAORO, Raimundo. A democracia que teremos. *Lua Nova: revista de cultura política*, Volume 2, número 1, 1985. Pp. 7-11.

GONÇALVES, Leônidas Pires. Entrevista – Programa Memória Política. Câmara dos Deputados. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. Brasília/DF, 2001. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/historia-oral/Memoria%20Politica/Depoimentos/leonidas-pires-goncalves/texto>. Acesso em: 01/09/2021.

IGLÉSIAS, Francisco. República, 1889/1989. Pp. 4-16. Cadernos do DCP, número 8 / *Revista do Departamento de História*, número 10. Número conjunto. Departamento de História / Departamento de Ciência Política, Fafich / UFMG, 1990.

NEVES, Tancredo. A transição e os atores. *Lua Nova: revista de cultura e política*. Volume 1. Número 2. 1984.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

Artigo recebido em: 08/08/2024.

Aprovado para publicação em: 1º/04/2025.